



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

O Governo sempre afirmou que o mais precioso para o Governo da RAEM são os recursos humanos, mas este facto nunca é reflectido na realidade. Actualmente, a inflação em Macau é muito grave, e os funcionários públicos e os residentes têm de se defrontar com o alto custo de vida, especialmente os funcionários de base, pois, com o regime actual, mesmo que o seu salário seja ajustado, o montante é sempre o menor, por isso nunca conseguem recuperar o poder de compra.

O Governo já lançou três medidas para apoiar os funcionários de base, que são, respectivamente, Subsídios para Despesas de Infância, Estudos Complementares dos Filhos e Lar para Idosos aos Ascendentes, mas só os que auferem até ao índice de vencimento 200 podem requerê-los, pois a sua aplicação é muito pouco abrangente. Entretanto, o Subsídio para Estudos Complementares só é atribuído aos filhos que frequentam escolas secundárias ou primárias, mas não aos que querem entrar na faculdade e, sem dúvida, isto é uma discriminação. Como todos sabem, a propina das instituições do Ensino Superior é sempre o maior peso para os pais, mas não foi integrada na referida medida, violando assim a ideia da governação – Promover a prosperidade de Macau através da Educação.

Sendo assim, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

respostas, de uma forma clara, precisa, coerente e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Só os que auferem até ao índice de vencimento 200 é que podem requerer as referidas três medidas. Afinal, quais são os critérios para a sua definição? Foi já feita alguma avaliação sobre quantas pessoas são beneficiadas?

2. Quanto ao tema de aumento salarial por categorias, o Governo tem sempre reiterado que é difícil classificar os trabalhadores de base da Função Pública. Será que os 200 pontos indiciários vão ser um dos critérios para os futuros aumentos salariais por categoria? Qual é o ponto de situação dos trabalhos de estudo sobre o ajustamento salarial por categoria?

3. “Promover a prosperidade de Macau através da Educação” é uma das ideias consagradas nas LAG, só que se trata de uma contradição, uma vez que o referido Subsídio para Estudos Complementares dos Filhos não abrange o Ensino Superior. Qual é o motivo disso? Será que vai ser ponderado o alargamento deste subsídio ao Ensino Superior?

27 de Julho de 2015.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Veng Chai